

**COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

**REQUERIMENTO Nº , DE 2013**

**(Do Sr. Eleuses Paiva)**

**Requer a realização de  
Audiência Pública para  
discutir a escassez de  
medicamentos hematológicos  
e oncohematológicos**

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública, para discutir a escassez de medicamentos hematológicos e oncohematológicos.

Sugiro que sejam convidadas as seguintes autoridades :

**Dr. Florentino de Araújo Cardoso Filho** – Presidente da Associação Médica Brasileira - AMB

**Dra. Merula Steagall**- Presidente da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia - ABRALE

**Dra. Clarice Petramale** – Diretora do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologia em Saúde no SUS – CONITEC/SCTIE/MS

**Dr. Anderson Arantes Silvestrini**- Presidente da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica-SBOC

**JUSTIFICAÇÃO**

Foi realizado entre os dias 14 e 17 de junho de 2012, em Amsterdã (Holanda), o 17º Congresso da Associação Hematológica Europeia –EHA, considerado um dos maiores encontros científicos da especialidade no mundo, onde reuniu , nessa Edição, mais de oito mil

**\*A1C037AA29\***

**A1C037AA29**

participantes de diferentes nacionalidades , sendo 150 brasileiros, dentre eles, diretores e membros da Associação Brasileira de Hematologia, Hemoterapia e Terapia Celular -ABHH.

Ao final do Encontro a EHA, em conjunto com a Sociedade Americana de Hematologia –ASH e a Coligação Europeia dos Pacientes com Câncer – ECPC, redigiram nota oficial conjunta de tratamentos causado pela iminente escassez de medicamentos hematológicos e oncohematológicos.

No Brasil, a situação não é diferente. A ABHH tem alertado para o panorama terapêutico das doenças do sangue no País, que inclusive fica para trás, no que cabe às opções terapêuticas de doenças como a hemofilia, a leucemia mieloide aguda e o mieloma múltiplo, por conta da lentidão na aprovação de novos fármacos inovadores, reconhecidos pelas agências regulatórias da Europa e dos Estados Unidos, mas que aguardam liberação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA

Outro aspecto a ser discutido será o difícil acesso oferecido pelo governo ou pelos planos de saúde privados, cuja garantia de fornecimento desses medicamentos, na maioria das vezes , só ocorre pela via judicial.

Do exposto, conto com o apoio de Vossa Excelência, bem como dos demais membros dessa Comissão na aprovação da realização desta Audiência Pública.

Sala da Comissão, de junho de 2013.

**Deputado ELEUSES PAIVA**

**\*A1C037AA29\***

**A1C037AA29**